

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2024

Concurso Público para o Provimento de Cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'R18', Tipo 002Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-002Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado!

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C ○ D ○ E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 9.

Enterro televisivo

"Uns olham para a televisão. Outros olham pela televisão."
(Dito de Sicrano)

1. *Estranharam quando, no funeral do avô Sicrano, a viúva Entrelua proclamou:*
- Uma televisão!
 - Uma televisão o quê, avó?
 - Quero que me comprem uma televisão.
5. *Aquilo, assim, de rompante, em plenas orações. Dela se esperava mais ajustado desejo, um ensejo solene de tristeza, um suspiro anunciador do fim. Mas não, ela queria naquele mesmo dia receber um aparelho novo.*
- Mas o aparelho que vocês tinham avariou?
 - Não. Já não existe.
 - Como é isso, então? Foi roubado?
 - Não, foi enterrado.
10. – Enterrado?
- Sim, foi junto com o corpo do vosso falecido pai.
- Tudo havia sido congeminado junto com o Coveiro. A televisão, desmontada nas suas quantas peças, tinha sido embalada no caixão. Era um requisito de quem ficava, selando a vontade de quem estava indo.*
- Na cerimônia, todos se entreolharam. O pedido era estranho, mas ninguém podia negar. O tio Ricardote ainda teve a lucidez de inquirir:*
- E a antena?
15. *Esperassem, fez ela com a mão. Tudo estava arquitetado. O Coveiro estava instruído para, após a cerimônia, colocar a antena sobre a lápide, amarrada na ponta da cruz, em espreitação dos céus. Aquela mesma antena, feita de tampas de panela, ampliaria as eletrônicas nos sentidos do falecido. O velho Sicrano, lá em baixo, captaria os canais. É um simples risco a diferença entre a alma e a onda magnética. Por razão disso, a viúva Entrelua pediu que não cavassem fundo, deixassem o defunto à superfície.*
- Para apanhar bem o sinal – explicou a velha.
- O Padre Luciano se esforçou por disciplinar a multidão, ele que representava a ordem de uma só voz divina. Com uns tantos berros e ameaças ele reconduziu a multidão ao silêncio. Mas foi sossego de pouca dura. Logo, Entrelua espreitou em volta, e foi inquirindo os condoídos presentes:*
- E o Bibito, onde está?
 - O Bibito? – se interrogaram os familiares.
20. *Ninguém conhecia. Foi o bisneto que esclareceu: Bibito era o personagem da novela brasileira. A das seis, acrescentou ele, feliz por lustrar conhecimento.*
- E a Carmenzita que todas as noites nos visita e agora não comparece!
- De novo, o bisneto fez luz: mais uma figura de uma telenovela. Só que mexicana. O filho mais velho tentou apaziguar as visões da avó. Mas qual Bibito, qual Carmen?! Então os filhos de osso e alma estavam ali, lágrima empenhada, e ela só queria saber de personagem noveleira?*
- Sim, mas esses ao menos nos visitam. Porque a vocês nunca mais os vimos.
- Esses que os demais teimavam em chamar de personagens, eram esses que adormeciam o casal de velhotes, noite após noite. Verdade seja escrita que a tarefa se tornava cada vez mais fácil. Bastava um repassar de cores e sons para que as pestanas ganhassem peso. Até que era só ligar e já adormeciam.*
25. – Quem vai ligar o aparelho hoje?
- É melhor não ser você, marido, porque noutra dia adormeceu de pé.
- De novo, o padre invocou a urgência de um silêncio. Que ali havia tanto filho e mais tanto neto e ninguém conseguia apaziguar a viúva? Os filhos descansaram o padre. Que sim, que iam conduzi-la dali para o resguardo da casa. Entrelua bem merecia o reparo de uma solidão. E prometeram à velha que não precisava de um outro aparelho, que eles iriam passar a visitá-la, nunca mais a deixariam só. A avó sorriu, triste. E assim a conduziram para casa.*
- Aquela noite, ainda viram a avó Entrelua atravessar o escuro da noite para se sentar sobre a campa de Sicrano. Deu um jeito na antena como a orientá-la rumo à lua. Depois passou o dedo pelos olhos a roubar uma lágrima. Passou essa agulha pela tampa da panela como se repuxasse. De si para si murmurou: é para captar melhor. Ninguém a escutou, porém, quando se inclinou sobre a terra e disse baixinho:*
- Hoje é você a ligar, Sicrano. Você ligue que eu já vou adormecendo.

(Adaptado de: COUTO, Mia. **O fio das missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009)

1. Em relação à viúva Entrelua, o narrador afirma que *"Dela se esperava mais ajustado desejo, um ensejo solene de tristeza, um suspiro anunciador do fim"* (parágrafo 5). Sobre esse trecho e o contexto em que ele aparece, é correto afirmar que o narrador
- (A) espera da viúva "um suspiro anunciador do fim", que encerraria a tristeza pela perda do marido.
 - (B) concorda que o desejo da viúva é o mais ajustado, pois ela sabe lidar com sua tristeza.
 - (C) defende a decisão da viúva, ao contrário dos familiares, que estranharam o pedido da televisão.
 - (D) relata o estranhamento dos parentes em relação ao pedido da viúva.
 - (E) pondera que a decisão tomada pela viúva poderia ajudá-la a lidar com a solenidade da tristeza.



2. – Mas o aparelho que vocês tinham avariou? (parágrafo 6).

Adaptado para o discurso indireto, o trecho assume a seguinte redação:

- (A) Perguntaram à viúva se o aparelho que eles tinham avariara.
- (B) Perguntaram à viúva: o aparelho que eles tinham estava avariado?
- (C) – Mas o aparelho que vocês tinham avariou? – perguntaram à viúva.
- (D) Quis saber: “Mas o aparelho que vocês tinham avariou?”
- (E) – Mas o aparelho estava avariado? – perguntaram à viúva.

3. No trecho *Tudo havia sido congeminado junto com o coveiro.* (parágrafo 12), o significado da palavra *congeminado* no contexto é:

- (A) “irmanado, harmonizado”.
- (B) “multiplicado, propagado”.
- (C) “representado no espírito ou na imaginação”.
- (D) “unido a outro para formar um par”.
- (E) “muito discutido, ponderado”.

4. Sobre o parágrafo 15 e levando em consideração o contexto que o precede, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Dentro de sua cova, Sicrano poderia viver a rotina que dividia com a esposa todas as noites.
- (B) Tanto a antena sobre a lápide quanto o Velho Sicrano, já enterrado, captariam os sinais.
- (C) Se o corpo de Sicrano fosse enterrado muito fundo, ele teria dificuldade para receber os sinais.
- (D) A antena, acondicionada na ponta da cruz e direcionada ao céu, captaria as ondas de transmissão.
- (E) Dentro da cova, com Sicrano, foram enterrados todos os equipamentos necessários para a captação de sinais.

5. Em relação ao uso das palavras destacadas no trecho *Esses que os demais teimavam em chamar de personagens* (parágrafo 24), é correto afirmar que:

- (A) “Esses” é um pronome demonstrativo que se refere a algo já mencionado anteriormente ou recuperável pelo contexto, e “demais” é um advérbio que se refere a algo que está em excesso.
- (B) “Esses” é um pronome demonstrativo que se refere a algo já mencionado anteriormente ou recuperável pelo contexto, e “demais” é um pronome indefinido que se refere aos que sobram ou aos que são selecionados.
- (C) “Esses” é um pronome classificado como indefinido por não ser possível retomar a quem ele se refere, e “demais” é um advérbio, que se refere a algo que está em excesso.
- (D) “Esses” é um pronome demonstrativo usado para apresentar personagens ainda não mencionados na história, e “demais” é um pronome indefinido, que se refere aos que sobram ou aos que são selecionados.
- (E) Tanto “Esses” quanto “demais” são pronomes indefinidos usados na frase para se referir a elementos que não podem ser recuperados nem mesmo pelo contexto.

6. De acordo com o final do conto:

- (A) os familiares convencem a avó de que os personagens das novelas não são reais e que, como viúva, ela tem agora outras prioridades.
- (B) a avó Entrelua volta para casa, ganha uma nova televisão e começa a vivenciar o luto de Sicrano, como a família esperava.
- (C) os familiares arrumam outra televisão e dão “um jeito na antena como a orientá-la rumo à lua” para que a avó volte a assistir novelas.
- (D) a avó continua a sua rotina de assistir novela com o marido antes de adormecer; porém, agora, fazem isso juntos no cemitério.
- (E) a avó desiste de assistir às novelas por entender não está mais sozinha; mesmo sem o marido, agora ela tem a companhia dos filhos e netos.

7. *Verdade seja escrita que a tarefa se tornava cada vez mais fácil. Bastava um repassar de cores e sons para que as pestanas ganhassem peso. Até que era só ligar e já adormeciam.* (parágrafo 24).

Uma redação que mantém o sentido original desse trecho e sua correção gramatical está em:

- (A) Conforme passavam os dias, dormir ficava cada vez mais fácil. Com o intuito de imaginar cores e sons, o sono vinha logo em seguida. Aí era só ligar o aparelho e os dois já adormeciam.
- (B) Com o tempo, adormecer se transformava em uma tarefa a cada vez mais fácil. Por conseguinte, as cores e os sons faziam as pestanas ganharem peso. Depois era só ligar e os dois já adormeciam.
- (C) Precisamos falar a verdade: a tarefa de adormecer ficava cada vez mais fácil. Um simples pensar em cores e sons e as pestanas já pesavam. Então era só ligar a televisão e ambos adormeciam.
- (D) Verdade seja escrita: a tarefa se tornava dia a dia mais fácil. Era só imaginar cores e sons e os olhos já ficavam cansados. Entretanto, bastava ligar o aparelho e os dois já caíam no sono.
- (E) Era isso o que acontecia: eles pensavam em cores e sons e os olhos já começavam a fechar. Não obstante, bastava ligar a televisão e os dois já apagavam por completo.



8. Na citação de Sicrano *Uns olham para a televisão. Outros olham pela televisão.*, os termos sublinhados expressam, respectivamente, os seguintes sentidos:
- (A) "finalidade" e "por meio de".
 - (B) "na direção de" e "por meio de".
 - (C) "na direção de" e "deslocamento".
 - (D) "na direção de" e "através de".
 - (E) "finalidade" e "dirigir-se a".
-

9. Considere o uso das vírgulas nos seguintes trechos.

- I. *Estranharam quando, no funeral do avô Sicrano, a viúva Entrelua proclamou:* (parágrafo 1)
- II. *O pedido era estranho, mas ninguém podia negar.* (parágrafo 13)
- III. *– É melhor não ser você, marido, porque noutra dia adormeceu de pé.* (parágrafo 26)

Nesses trechos, as vírgulas são usadas, respectivamente, para

- (A) I. indicar que um adjunto adverbial de lugar foi utilizado fora de sua posição habitual;
II. separar oração coordenada adversativa;
III. isolar o vocativo.
 - (B) I. isolar o aposto;
II. separar oração coordenada adversativa;
III. indicar que o complemento nominal foi deslocado.
 - (C) I. separar oração subordinada adjetiva explicativa;
II. separar oração coordenada aditiva;
III. isolar o vocativo.
 - (D) I. indicar que um adjunto adverbial de lugar foi utilizado fora de sua posição habitual;
II. separar oração coordenada aditiva;
III. indicar que o complemento nominal foi deslocado.
 - (E) I. isolar o aposto;
II. separar oração coordenada adversativa;
III. indicar que o complemento nominal foi deslocado.
-

10. Considere as frases a seguir.

- I. *Apreste-se!* Sua reunião vai começar às 8 horas.
- II. *Uso lapiseira, mas sempre preferi escrever à lápis.*
- III. *Não diga nada à ninguém sobre nossos planos futuros.*
- IV. *Aos domingos, minha família se reúne para saborear um bom filé à parmegiana.*
- V. *Voltei à casa da minha infância depois de muitos anos.*

O sinal indicativo de crase foi usado corretamente APENAS em

- (A) II, III e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, IV e V.
 - (E) II, IV e V.
-

11. A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- (A) fanático, solitário, científico, cômico.
 - (B) irlandês, polinésio, congolês, indonésio.
 - (C) terapêutico, mímica, antepenúltimo, lírico.
 - (D) cerimônia, descartável, espécie, música.
 - (E) imundície, horário, melancólico, longínquo.
-



12. Considere a tirinha *Bichinhos de jardim*.



(Disponível em: <https://bichinhosdejardim.com>)

O futuro do pretérito, no contexto apresentado, foi usado para referir

- (A) uma situação hipotética, associada a uma condição que, se não for cumprida, pode impedir sua realização.
- (B) um fato passado, anterior a outro fato também ocorrido no passado.
- (C) um fato futuro em relação ao momento presente.
- (D) uma situação hipotética que não se realizará no futuro.
- (E) um fato concluído no passado.

13. Considere as frases a seguir.

- I. Férias é o período do ano que eu mais espero.
- II. Nem meu irmão nem minha irmã veio para a festa de aniversário.
- III. Fazem dias que eu trabalho sem qualquer pausa.
- IV. Mais de um jogador foi expulso da partida.
- V. Ex-chefes, familiares e amigos, ninguém conseguiu convencê-lo do contrário.

Há erro de concordância verbal APENAS em

- (A) I e V.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

14. O texto abaixo é uma resposta produzida por inteligência artificial a uma pergunta.

LU Qual será o futuro da língua portuguesa?



O futuro da língua portuguesa parece promissor! Com a globalização e o aumento da conectividade, é provável que o português continue a se espalhar e evoluir. A influência da tecnologia também desempenhará um papel importante, afetando o vocabulário e até mesmo a gramática. A diversidade linguística é sempre interessante, então quem sabe que palavras e expressões incríveis o futuro reserva para o português?



(Disponível em: <https://chat.openai.com>)

É INCORRETO afirmar que o texto

- (A) associa a língua portuguesa ao uso de tecnologias ao tratar do seu futuro.
- (B) é formado por informações que se complementam, construindo um todo coerente.
- (C) apresenta pergunta retórica que estimula a reflexão do leitor.
- (D) apresenta uso correto dos verbos, tanto de formas flexionadas quanto de formas nominais.
- (E) apresenta elementos coesivos que ligam as frases e promovem fluidez na leitura.

**Aspectos Históricos da Região Amazônica**

15. No século XVII a Coroa portuguesa instituiu um modelo administrativo colonial, no Brasil,
- (A) que nomeava, para cada província, ouvidores encarregados da administração, auxiliados pelos chamados "juizes de fora" que eram representantes da Coroa responsáveis pelo cumprimento da lei.
 - (B) segundo o qual a região Norte, até o limite imposto pelo Tratado de Tordesilhas, foi governada durante todo esse período pela Capitania Hereditária do Maranhão.
 - (C) estruturado em um Governo-Geral que foi subdividido em dois governos: a Repartição do Norte e a do Sul, divisão que perdurou pouco tempo.
 - (D) que vinculava a atual região Norte a uma região administrativa autônoma, inicialmente denominada Estado do Maranhão, tendo São Luís como sua capital.
 - (E) baseado na concepção de vice-reino adotada também pela Espanha em suas colônias, que perdurou até a vinda da família real portuguesa.
-
16. No processo de Independência, a província do Grão-Pará
- (A) foi desmembrada em 1824, com a criação da Província do Amazonas, como punição pela demora em aderir ao Império do Brasil.
 - (B) aderiu ao Império do Brasil quase um ano depois da separação entre Brasil e Portugal, rompendo com a metrópole portuguesa em agosto de 1823.
 - (C) enfrentou uma guerra separatista com outra província amazônica, a Província de Rio Negro, por causa da fidelidade desta última a Portugal.
 - (D) tardou em aderir ao Império do Brasil, uma vez que ocorria, internamente, a Cabanagem, conflito que foi suscitado por disputas entre brasileiros e portugueses.
 - (E) foi excluída da Constituição de 1824, ficando sem direito a ter Conselho Provincial, apesar de sua pronta adesão ao Império do Brasil.
-

17. Considere o trecho a seguir, que trata de uma importante etapa na definição das fronteiras entre Brasil e Bolívia:

O litígio, objeto de longas e complexas negociações que envolveram o Brasil, a Bolívia e os Estados Unidos da América, sede do Bolivian Syndicate, empresa concessionária dos direitos cedidos pelo governo boliviano, foi solucionado mediante o pagamento de uma indenização de 114 mil libras esterlinas aos capitalistas investidores na concessionária e, à Bolívia, de uma indenização monetária de dois milhões de libras esterlinas; o compromisso da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, e a cessão de uma parcela do território, cabendo ao Brasil a área do atual estado do Acre, já povoado por brasileiros.

(Disponível em: <https://atlas.fgv.br>)

A solução do litígio em questão foi consumada por meio do Tratado

- (A) de Bogotá, que além de definir os limites da Amazônia Brasileira, legislava sobre as regras de navegação nos grandes rios da região.
- (B) de Petrópolis, mas que ainda seria complementado, mais de vinte anos depois, pelo Tratado de limites e comunicações ferroviárias entre o Brasil e a Bolívia.
- (C) de Ayacucho, firmado em La Paz e também conhecido como Tratado da Amizade, ainda que alguns compromissos não honrados pelo Brasil, como a construção da linha férrea, tenham causado novos conflitos.
- (D) Geral de Limites, que fixou definitivamente, na região norte, as fronteiras do Brasil com a Bolívia e as Guianas Francesa e Inglesa, contribuindo, finalmente, para um desfecho da chamada Questão do Amapá.
- (E) de Utrecht, processo que contou com a arbitragem da Suíça uma vez que havia discordância em relação à obrigatoriedade de pagamento de indenizações por parte do Brasil.



18. O fim do chamado "primeiro ciclo da borracha" na Amazônia foi causado
- (A) pelo esgotamento dessa produção resultante do desmatamento da região e da exploração desenfreada, uma vez que as seringueiras precisavam de períodos de descanso.
 - (B) pela concorrência representada pela exploração do látex nas ilhas do Caribe, e o menor custo de seu transporte aos Estados Unidos, seu principal comprador.
 - (C) pelo desenvolvimento de formas alternativas e mais rápidas de fabricação de pneus na Alemanha, a partir do processo conhecido como vulcanização.
 - (D) pela eclosão da I Guerra Mundial que provocou, por parte dos compradores, uma suspensão temporária na compra de látex ao priorizarem o aço e outros materiais usados na fabricação de armamentos.
 - (E) pelo resultado do contrabando de sementes pela Inglaterra, que tornou possível dar início à plantação de seringais em colônias britânicas na Ásia.
-
19. Nos anos 1960, na região amazônica, teve início a exploração de minério em Carajás, que, dentre suas características,
- (A) trazia, como novidade em termos de planejamento, o desenvolvimento sustentável, uma vez que juntamente com a estruturação do complexo inaugurou-se uma área de proteção ambiental denominada Floresta Nacional de Carajás.
 - (B) englobava uma vasta extensão, abarcando áreas no Pará e no Maranhão e que se tornou a segunda maior região produtora de minério de ferro no país, abaixo do Quadrilátero ferrífero em Minas Gerais.
 - (C) era, até o início do regime militar de domínio de uma empresa norte-americana que adquiriu a exclusividade da exploração de minérios nessa área, comprometendo-se a construir a hidrelétrica de Tucuruí.
 - (D) vem sendo administrada pela empresa estatal Vale do Rio Doce, responsável pela instalação da infraestrutura urbana necessária aos trabalhadores empregados nesse projeto.
 - (E) contava, no final da década, com um complexo composto por estrada de ferro, porto, vila operária e outros equipamentos urbanos como escolas e hospitais.
-
20. A construção da rodovia Transamazônica foi motivada
- (A) pela meta do governo militar de construir a maior rodovia do país, somando-se a outras obras "faraônicas" desse período como a Hidrelétrica de Itaipu e a Usina de Volta Redonda, símbolos do chamado "milagre brasileiro".
 - (B) pelo propósito de se ter no país uma estrada que ligasse a costa atlântica ao Pacífico, objetivo que não se concretizou pois os governos do Peru e do Equador não quiseram participar dessa obra alegando que, além de custosa, ela implicava em desmatamento e invasão de territórios indígenas.
 - (C) pela necessidade de se ampliar a integração nacional e a comunicação da região Norte com os estados do Nordeste, no sentido leste-oeste, meta que se realizou muito precariamente, quando de sua inauguração em 1972, considerando os inúmeros trechos intransitáveis e inacabados.
 - (D) por interesses econômicos voltados à exportação do látex, visto que o acesso aos portos, por seus produtores, sempre foi uma dificuldade para o desenvolvimento dessa exploração e o meio terrestre se mostrava como o mais adequado naquela região de grandes rios intransponíveis.
 - (E) pelo plano SALTE, implementado pelo general Eurico Gaspar Dutra, que visava, com a Transamazônica, promover e incentivar a ocupação da região norte, considerada muito despovoada e suscetível a invasões estrangeiras ou à instalação de movimentos de guerrilha rural.
-
21. Considere as afirmações sobre a Constituição Federal de 1988 e suas implicações para os povos originários:
- I. A Constituição de 1988 definiu novos direitos para as populações indígenas, e, conseqüentemente, teve impacto na região amazônica, onde a maior parte das terras indígenas e de descendentes dos povos originários se concentram, conforme o Censo IBGE de 2022.
 - II. A Constituição de 1988 chancelou o multiculturalismo, o direito à diferença, à identidade cultural e às terras tradicionalmente ocupadas por estes povos.
 - III. A Constituição de 1988 validou o Estatuto do Índio, mantendo sua classificação como integrados, semi-integrados e não-integrados à sociedade branca.
 - IV. A Constituição de 1988 estabeleceu que as terras indígenas são terras ocupadas em caráter permanente, devendo ser demarcadas pelos governos estaduais, com apoio da FUNAI e do INCRA.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II e III.



22. Na Amazônia há, atualmente, mais de cem povos indígenas, dentre os quais são grupos populosos que habitam esta região os
- (A) Guarani e os Tukano.
 - (B) Caingangues e os Mundurucu.
 - (C) Krenak e os Macuxi.
 - (D) Potiguara e os Pataxó.
 - (E) Yanomami e os Ticuna.
-
23. O Teatro Amazonas é um patrimônio histórico que remonta
- (A) à preponderância do modelo arquitetônico francês que orientou o projeto de transformação de Manaus na "Paris dos trópicos", idealizado por Pedro I ao visitar a cidade em seu apogeu econômico.
 - (B) à chamada "Belle époque de Manaus" – quando a cidade viveu uma fase de bonança econômica em virtude das exportações da borracha no período "entre Guerras" do século XX.
 - (C) à influência da arquitetura barroca nas fachadas dos palacetes das grandes cidades do período colonial, como se nota em Salvador, Recife e Belém.
 - (D) ao estilo suntuoso caro ao gosto das elites, marcado por certo ecletismo arquitetônico, presente em construções monumentais semelhantes, inauguradas durante o período republicano no Brasil.
 - (E) ao impacto imediato da chegada da família real ao Brasil, responsável por projetos de urbanização e modernização ao gosto europeu, em virtude da nova condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.
-
24. O Programa de Integração Nacional, criado pelo DL 1106 de 16/06/1970,
- (A) garantia a construção da Rodovia Perimetral Norte e a pronta ampliação da Ferrovia Norte-Sul.
 - (B) priorizava a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e reservava, para colonização e reforma agrária, uma faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias.
 - (C) estabelecia o Programa de Irrigação do Norte e criava a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), incentivando o fluxo de migração gaúcha para a região.
 - (D) previa a construção de um conjunto de instalações militares próximas à fronteira norte do Brasil, conjunto esse que ficou conhecido com Projeto Calha Norte.
 - (E) criava o Projeto Rondon, para engajar estudantes em missões humanitárias junto às populações ribeirinhas.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do TRT da 11ª Região, o Tribunal é composto por
- (A) quatorze desembargadores do trabalho. Dez desembargadores serão escolhidos por promoção dentre juízes titulares de Varas do Trabalho; dois dentre advogados; dois dentre membros do Ministério Público e um dentre advogados ou membros do Ministério Público, alternadamente.
 - (B) quatorze desembargadores do trabalho. Onze desembargadores serão escolhidos por promoção dentre juízes titulares de Varas do Trabalho; um dentre advogados; um dentre membros do Ministério Público e um dentre advogados ou membros do Ministério Público, alternadamente.
 - (C) quatorze desembargadores do trabalho. Nove desembargadores serão escolhidos por promoção dentre juízes titulares de Varas do Trabalho; dois dentre advogados; dois dentre membros do Ministério Público e um dentre advogados ou membros do Ministério Público, alternadamente.
 - (D) doze desembargadores do trabalho. Dez desembargadores serão escolhidos por promoção dentre juízes titulares de Varas do Trabalho; um dentre advogados; um dentre membros do Ministério Público e um dentre advogados ou membros do Ministério Público, alternadamente.
 - (E) doze desembargadores do trabalho. Oito desembargadores serão escolhidos por promoção dentre juízes titulares de Varas do Trabalho; dois dentre advogados; dois dentre membros do Ministério Público e um dentre advogados ou membros do Ministério Público, alternadamente.



26. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região acerca das Turmas,
- (A) a sua composição inicial dar-se-á segundo a antiguidade, de forma que o membro mais antigo ocupe a Primeira Turma e o próximo, a Segunda, adotando-se o mesmo critério, sucessivamente, de forma alternada.
 - (B) não poderão integrar a mesma Turma, nem atuar simultaneamente na sessão, magistrados que sejam cônjuges ou companheiros, parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau, em linha reta ou colateral.
 - (C) o quórum mínimo para julgamento pela Turma será de 4 magistrados.
 - (D) a transferência ou permuta do integrante de uma Turma deverá ser aprovada pelo Presidente da própria Turma.
 - (E) é vedado o funcionamento da turma sem a presença de, pelo menos, dois de seus membros efetivos.
-
27. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, compete ao Corregedor Regional:
- I. impor penas disciplinares aos servidores, salvo demissão, disponibilidade e cassação de aposentadoria.
 - II. organizar a escala de férias individuais dos juízes titulares de Vara do Trabalho e dos juízes do trabalho substitutos.
 - III. processar as representações contra as autoridades sujeitas à jurisdição do Tribunal.
 - IV. designar juiz para substituir titulares de vara nos seus afastamentos.
 - V. deliberar sobre as justificativas de ausências dos juízes.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I e III.
 - (B) IV e V.
 - (C) I e II.
 - (D) III e V.
 - (E) II e IV.
-
28. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região sobre a aposentadoria dos magistrados por invalidez,
- (A) declarada a incapacidade, após o julgamento, o Presidente do Tribunal expedirá o ato de aposentadoria do juiz e, em se tratando de desembargador, encaminhará o processo ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) finda a instrução do processo de averiguação da invalidez, o magistrado apresentará suas razões finais, em 30 dias, cabendo à comissão elaborar o respectivo relatório conclusivo e encaminhar ao Corregedor para deliberação.
 - (C) o magistrado que por 2 anos consecutivos afastar-se por um ano ou mais para tratamento de saúde, deverá submeter-se, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de 6 meses, a exame para verificação da invalidez.
 - (D) o magistrado será afastado desde logo do exercício do cargo até final decisão, devendo o processo ser concluído no prazo de 180 dias, vedada a prorrogação, justificadas as faltas do magistrado no referido período.
 - (E) o processo terá início a requerimento do magistrado, por ato do Presidente, em cumprimento de deliberação do Tribunal ou por provocação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.
-
29. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região acerca das pautas de julgamento, independem de publicação e pauta:
- (A) conflito de competência, recurso ordinário em rito sumaríssimo e embargos de terceiro.
 - (B) recurso ordinário, embargos de declaração e agravo de petição.
 - (C) dissídios coletivos em virtude de greve; conflito de competência e homologação de acordo.
 - (D) agravo de instrumento, *habeas corpus* e restauração de autos.
 - (E) agravo de petição, homologação de acordo e embargos à execução.
-
30. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o Agravo Interno:
- (A) é cabível no prazo de 5 dias, contados da intimação ou publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
 - (B) não admite sustentação oral.
 - (C) assim como os demais meios de impugnação, depende de preparo.
 - (D) é cabível da decisão do Corregedor Regional em reclamações correicionais.
 - (E) será processado em autos apartados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) somente será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
 - (B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo nos casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
 - (C) somente se justifica a censura às manifestações políticas, ideológicas ou artísticas quando fundamentadas nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
 - (D) a prática da tortura para a obtenção de prova em crimes graves é excepcionalmente justificável diante da primazia da proteção à vida e à liberdade.
 - (E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
-
32. A Constituição Federal assegura, nos termos da lei,
- (A) legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade.
 - (B) aos autores de inventos industriais, privilégio vitalício para sua utilização.
 - (C) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
 - (D) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
 - (E) mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.
-
33. Diante do crescimento do consumo de roupas populares importadas pela população local, determinado município decide regulamentar a importação de produtos têxteis da China, por meio de lei. Diante do que estabelece a Constituição Federal, acerca da competência legislativa, lei municipal com essas características seria
- (A) inconstitucional, por tratar de competência privativa dos Estados da Federação.
 - (B) inconstitucional, por tratar de matéria de competência privativa da União.
 - (C) constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (D) constitucional, desde que haja lei complementar estadual que autorize o Município a legislar sobre a matéria, de modo a atender a suas peculiaridades.
 - (E) constitucional, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.
-
34. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal poderá,
- (A) de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante exclusivamente em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
 - (B) de ofício ou por provocação, mediante decisão de maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e à administração pública direta, nas esferas federal e estadual.
 - (C) somente quando provocado, mediante decisão da maioria dos seus membros, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, nas esferas federal e estadual.
 - (D) de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (E) somente de ofício, mediante decisão de dois terços dos seus membros, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e, exclusivamente, à administração pública direta, nas esferas federal e estadual.
-
35. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca das disposições gerais do Poder Judiciário,
- (A) tendo em vista a necessidade de preservação do direito à intimidade dos envolvidos, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão limitados às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, sob pena de nulidade, podendo o Juiz relator do processo autorizar, excepcionalmente, sua publicidade em determinados atos para que, a seu juízo, não prejudique o interesse público à informação.
 - (B) lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, e, ainda, sobre o ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação do Ministério Público em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
 - (C) a promoção de magistrados por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
 - (D) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de, no mínimo, dois terços do respectivo tribunal, cuja decisão será submetida ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, para referendo, assegurada ampla defesa.
 - (E) um terço dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista triplíce pelos órgãos de representação das respectivas classes.



36. Diante do que estabelece a Constituição Federal, no caso de haver agressão estrangeira que atinja territórios de alguns Estados da Federação brasileira,
- (A) caberia ao Presidente da República declarar guerra, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.
 - (B) tendo em vista que o Presidente da República exerce as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, e diante da urgência da situação, caberia a ele declarar guerra, convocando a mobilização das Forças Armadas, submetendo, contudo, a sua decisão ao Senado Federal, em 48 horas.
 - (C) como representante do povo, deveria o Congresso Nacional declarar guerra, independentemente de manifestação do Presidente da República.
 - (D) deveriam os respectivos Governadores encaminhar pedido ao Senado Federal, para a aplicação de sanções internacionais ao Estado estrangeiro agressor, uma vez que a agressão se deu nos territórios dos Estados.
 - (E) tendo em vista que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais pelos princípios da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos, a única hipótese autorizada pela Constituição é a de requerimento de providências às organizações internacionais para a aplicação de sanções ao Estado estrangeiro agressor.

Noções de Direito Administrativo

37. Trata-se de princípio(s) da Administração Pública expressamente previsto(s) na Constituição Federal:
- (A) Supremacia do interesse público.
 - (B) Proporcionalidade e Igualdade.
 - (C) Motivação e Economicidade.
 - (D) Probidade Administrativa e Eficácia.
 - (E) Eficiência e Moralidade.
-
38. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro também previu situações que envolvem a Administração Pública, sendo que
- (A) a decisão administrativa poderá ser adotada para a garantia da ordem pública e da ordem econômica, independentemente das consequências práticas da decisão.
 - (B) as sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
 - (C) orientações gerais são as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter específico ou em jurisprudência judicial ou administrativa unânime.
 - (D) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa.
 - (E) a edição de atos normativos por autoridade administrativa deverá ser precedida de consulta pública por meio presencial e virtual.
-
39. Pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território. A Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) prevê expressamente um rol não taxativo de sujeitos ativos que são compreendidos nessa definição, podendo-se destacar
- (A) a diretoria de agência reguladora federal.
 - (B) os membros da Defensoria Pública da União e dos Estados.
 - (C) os membros dos tribunais ou conselhos de contas.
 - (D) os dirigentes de autarquias profissionais.
 - (E) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
-
40. Acerca dos consórcios públicos, a legislação regulamentadora prevê que
- (A) o contrato de rateio será repactuado em cada plano plurianual, sendo que seu prazo de vigência não será superior às dotações que o suportam, com exceção das ações e programas inseridos em seu protocolo de intenções.
 - (B) as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos e à prestação de contas são de observância obrigatória apenas pelo consórcio público com personalidade de direito público.
 - (C) o consórcio público intermunicipal com personalidade jurídica de direito público ou direito privado integra a administração indireta de todos os municípios consorciados e do estado da federação no qual se localizam.
 - (D) as normas de direito público sobre admissão de pessoal, regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), devem ser observadas pelo consórcio público com personalidade de direito público ou privado.
 - (E) o consórcio público de direito público ou privado adquirirá sua personalidade jurídica, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.



41. Segundo a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, com as alterações ocorridas em 2021,
- (A) as sanções por ato de improbidade administrativa se aplicam à pessoa jurídica ainda que a conduta seja sancionada como ato lesivo à Administração Pública em legislação específica.
 - (B) podem ser responsabilizados os agentes públicos que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
 - (C) a ausência de comprovação de ato doloso com fim ilícito não afasta a responsabilidade por ato de improbidade da autoridade que exerça função ou desempenhe competências públicas.
 - (D) dolo consiste na vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário ou atenta contra os princípios da Administração Pública, não bastando a voluntariedade do agente.
 - (E) a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representará ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito.
-
42. É cabível a inexigibilidade de licitação, nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021, na contratação
- (A) de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade.
 - (B) de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
 - (C) em casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
 - (D) que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa.
 - (E) nos casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
-
43. Considerando o regime jurídico aplicável aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, regulado pela Lei nº 8.112/1990, terá direito a horário especial o servidor que
- (A) participe de banca examinadora ou comissão de elaboração em quaisquer fases de concurso público, independentemente da compensação de horário.
 - (B) atue como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento na administração pública federal ou estadual, mediante compensação de horário.
 - (C) seja estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o horário da repartição, independentemente de compensação de horário.
 - (D) tenha deficiência compatível com o exercício das funções, independentemente de junta médica oficial, mediante a compensação de horário.
 - (E) tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

Noções de Administração Pública

44. O planejamento estratégico, um dos modelos de gestão estratégica, é aquele considerado
- (A) relevante para atendimento a situações de emergência, conduzindo a gestão a uma resposta de curto e médio prazo para a solução da questão apresentada.
 - (B) adequado para implementar atividades de alocação de recursos dentro do processo de gestão, considerando efeitos que ocorrerão a médio prazo.
 - (C) sistêmico, realizado ao nível de toda a empresa, visando um horizonte temporal mais longo e considerando os efeitos que produzirá na empresa no seu todo.
 - (D) para elaboração de projetos, padrões e programas dentro da gestão pública, e que considera que seus efeitos se darão em curto, médio e longo prazo.
 - (E) garantidor de flexibilidade na resposta da gestão a mudanças no ambiente, permitindo um horizonte temporal reduzido, a curtíssimo prazo.
-
45. Dentro da Administração Pública, a gestão de processos possui a característica de
- (A) simulação, que testa projetos e fluxos antes de torná-los definitivos.
 - (B) redirecionamento, que repensa o fluxo de trabalho.
 - (C) documentação, que entrega valor à empresa.
 - (D) monitoramento, que registra um conjunto de práticas organizacionais.
 - (E) modelação, que consiste no redesenho de fluxos de trabalho.
-
46. O termo governabilidade refere-se às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma dada sociedade, como a forma de governo, a relação entre os poderes, os sistemas partidários. Já a governança refere-se
- (A) à prerrogativa de do governo em representar politicamente a sociedade.
 - (B) à relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade.
 - (C) às condições do exercício da autoridade política.
 - (D) à capacidade governativa em sentido mais amplo.
 - (E) à capacidade de o governo representar interesses de suas instituições.



47. Accountability é

- (A) o exame de relação entre a implementação de um programa e seus impactos na confiança da empresa e as decisões emitidas por seu gestor.
 - (B) um conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo maior transparência das práticas públicas.
 - (C) um processo contínuo e iterativo que visa manter uma organização e dar-lhe transparência e integração ao seu ambiente.
 - (D) um conjunto de métodos e técnicas que estabelecem uma relação de causalidade entre um programa e/ou um projeto e o resultado.
 - (E) a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos, bem como de propostas e metas alcançadas.
-

48. Os conceitos de qualidade foram alcançando os serviços públicos e não tardou a proposta de um modelo que trouxe os conhecimentos e benefícios da aplicação da qualidade na indústria. Chegou-se, daí, a um modelo baseado em categorias de determinantes de qualidade em serviços, quando se buscou

- (A) reduzir a lacuna existente entre as expectativas do cliente e o serviço efetivamente prestado.
 - (B) otimizar o gasto de energia do cliente com apresentação de reclamações e insatisfações, a partir da melhor definição do serviço.
 - (C) aumentar a disputa entre os concorrentes na oferta de serviços similares.
 - (D) gerar maior lucro a partir da aceitação mais intensa do serviço por seu usuário.
 - (E) gerar maior produção, a partir de maiores vendas e da constatação de qualidade do serviço.
-

49. A exigência de que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas pela boa-fé, lealdade e probidade representa o princípio da

- (A) impessoalidade.
 - (B) eficiência.
 - (C) legalidade abstrata.
 - (D) moralidade.
 - (E) eficácia.
-

Noções de Direito do Trabalho**50. De acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho,**

- (A) o valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado.
 - (B) no caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.
 - (C) a data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, salvo quando este for indenizado.
 - (D) o prazo da prescrição bienal começa a fluir no final da data do término do aviso prévio, salvo se esse for cumprido em casa.
 - (E) é devido o pagamento da integralidade do aviso prévio ao trabalhador, ainda que o contrato tenha sido extinto por acordo entre empregado e empregador.
-

51. Relativamente ao instituto das férias, de acordo com a Consolidação da Leis do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho,

- (A) o pagamento das férias integrais, excluídas as proporcionais, gozadas ou não, na vigência da Constituição Federal, sujeita-se ao acréscimo do terço constitucional.
 - (B) o empregado que se demite antes de complementar 12 meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.
 - (C) o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho por mais de 6 meses, ainda que descontínuos, terá direito a férias.
 - (D) desde que haja concordância expressa do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até 2 períodos, podendo ser de 15 dias corridos cada um deles.
 - (E) reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% do valor das férias proporcionais.
-



52. Diadorim foi contratada pela empresa "Grande Sertão & Veredas". Pela atividade de risco que irá desempenhar, receberá adicional de periculosidade, além do salário-base de R\$ 4.000,00, prêmio por assiduidade no valor de R\$ 1.000,00 e ajuda de custo de R\$ 500,00. Diante disso, e do quanto estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, Diadorim perceberá a título de adicional de periculosidade o valor de:
- (A) R\$ 1.200,00.
 - (B) R\$ 1.650,00.
 - (C) R\$ 1.500,00.
 - (D) R\$ 1.350,00.
 - (E) R\$ 1.600,00.
-
53. Em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho, a ordem de preferência a ser observada para o caso de responsabilização subsidiária pelas obrigações trabalhistas da sociedade será:
- (A) empresa devedora, sócios retirantes e sócios atuais.
 - (B) sócios retirantes, sócios atuais e empresa devedora.
 - (C) empresa devedora, sócios atuais e sócios retirantes.
 - (D) sócios atuais, sócios retirantes e empresa devedora.
 - (E) sócios atuais, empresa devedora e sócios retirantes.
-
54. Diante do que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho sobre a alteração do contrato individual de trabalho:
- (A) quando a alteração do contrato individual do trabalho decorrer de mútuo consentimento, admite-se que esta resulte em prejuízo direto ou indireto ao empregado.
 - (B) considera-se alteração unilateral do contrato individual de trabalho a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
 - (C) ainda quando ocorra extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado é vedada a sua transferência, sem o seu consentimento, diante do princípio da alteridade.
 - (D) é lícito ao empregador, unilateralmente, transferir empregado que exerça cargo de confiança e aquele cujo contrato tenha como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço.
 - (E) as despesas resultantes de eventual transferência para localidade diversa daquela firmada no contrato individual de trabalho, quando por mútuo consentimento, correrão, equitativamente, por conta do empregado e do empregador.
-
55. Diante do que dispõe o ordenamento jurídico e a doutrina acerca do contrato individual do trabalho, exige-se, para sua configuração, dentre outros elementos,
- (A) a obrigatoriedade de ser firmado apenas entre pessoas jurídicas como contratantes e pessoas físicas como contratadas.
 - (B) a necessidade de o empregador dirigir a prestação pessoal de serviço.
 - (C) a pessoalidade do empregado e do empregador.
 - (D) a exclusividade para o mesmo empregador.
 - (E) a obrigatoriedade de ser firmado apenas por escrito.

Noções de Direitos Humanos

56. Documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações,
- (A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, enuncia uma gama de direitos e liberdades que não poderão, em nenhum caso, ser exercidos contrariamente às finalidades e aos princípios das Nações Unidas.
 - (B) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, constitui uma Comissão e uma Corte de Direitos Humanos como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Pacto.
 - (C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o exercício pelos indivíduos dos direitos e liberdades que enuncia só poderá ser limitado pela lei, exclusivamente com o fim de garantir o exercício dos direitos e liberdades dos outros.
 - (D) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966, consigna que os Estados-Partes comprometem-se a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que enumera.
 - (E) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, prevê que nenhuma de suas disposições poderá ser interpretada de forma a excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou decorrentes da forma democrática de governo.



57. Nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em virtude do direito à autodeterminação, os povos
- I. determinam livremente seu estatuto político.
 - II. asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
 - III. podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo, e do Direito Internacional.
 - IV. poderão estabelecer restrições a que pessoas pertencentes a minorias étnicas, religiosas ou linguísticas tenham, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, professem e pratiquem sua própria religião e usem sua própria língua.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-
58. Ao estabelecer mecanismos para acompanhamento das ações que preconiza, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais prevê:
- I. Os Estados-Partes comprometem-se a apresentar relatórios sobre as medidas que tenham adotado e sobre o progresso realizado com o objetivo de assegurar a observância dos direitos reconhecidos no Pacto.
 - II. Os relatórios deverão ser encaminhados ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, o qual enviará cópias ao Conselho Econômico e Social, para exame, de acordo com as disposições do Pacto.
 - III. Os relatórios poderão indicar os fatores e as dificuldades que prejudiquem o pleno cumprimento das obrigações previstas no Pacto.
 - IV. O Conselho Econômico e Social poderá encaminhar à Comissão de Direitos Humanos, para fins de estudo e de recomendação de ordem geral, ou para informação, caso julgue apropriado, os relatórios concernentes aos direitos humanos que apresentarem os Estados-Partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II e III.
-
59. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos contempla a hipótese excepcional de suspensão das garantias e obrigações contraídas em virtude da Convenção, a qual
- (A) autoriza a suspensão do direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, desde que não encerre discriminação alguma fundada em motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião ou origem social.
 - (B) autoriza a suspensão dos princípios da legalidade e retroatividade, desde que informada imediatamente aos outros Estados-Partes na Convenção, por intermédio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.
 - (C) autoriza a suspensão do direito à liberdade de consciência e religião, mas não à vida e à integridade pessoal.
 - (D) autoriza a suspensão dos direitos políticos e à nacionalidade, desde que as medidas adotadas não sejam incompatíveis com as demais obrigações que impõe o Direito Internacional na matéria.
 - (E) pode ser adotada em caso de guerra, perigo público ou outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado-Parte, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, observadas as condicionantes previstas na Convenção.

-
60. É instância de proteção dos direitos humanos na ordem internacional

- (A) o Tribunal Penal Interamericano, constituído nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- (B) a Comissão de Conciliação *ad hoc*, constituída nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.
- (C) o Comitê de Direitos Humanos, constituído nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- (D) a Corte Internacional de Direitos Humanos, constituída nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (E) o Comitê Interamericano de Direitos Humanos, constituído nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] Capítulo 11. [...] 11.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático referido no presente Edital. 11.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a habilidade de leitura e compreensão dos textos propostos e a capacidade de expor e desenvolver argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, avaliando também a correção gramatical, segundo os critérios definidos no item 11.4 a 11.8 deste Capítulo. 11.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 11.3 e subitem deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites **mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Texto 1

Em tempos de incerteza e precariedade, uma profissão desponta como das mais desejadas entre crianças, adolescentes e jovens adultos: a profissão de influenciador. Uma pesquisa realizada pela Fundação Lego perguntou em três países o que crianças de 8 a 12 anos gostariam de ser quando crescer.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, a profissão mais cobiçada foi de vlogger, influenciador que se comunica por meio de vídeo. Cerca de 30% das crianças nos dois países responderam que essa é sua ambição de futuro. Já no terceiro país pesquisado, a China, a resposta foi diferente: 58% das crianças chinesas responderam que seu maior desejo é ser astronauta. O rol de habilidades necessário para ser astronauta é abrangente, inclui domínio de física, química, matemática e ciências em geral.

(Adaptado de: LEMOS, Ronaldo. **Influenciador virou profissão das mais desejadas**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>. Publicado em: 28 de mai. de 2023. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 2**Atividades realizadas na Internet**

% de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usuários de Internet

**83%**

Assistiu a vídeos, programas, filmes ou séries

**76%**

Pesquisou na Internet para fazer trabalhos escolares

**68%**

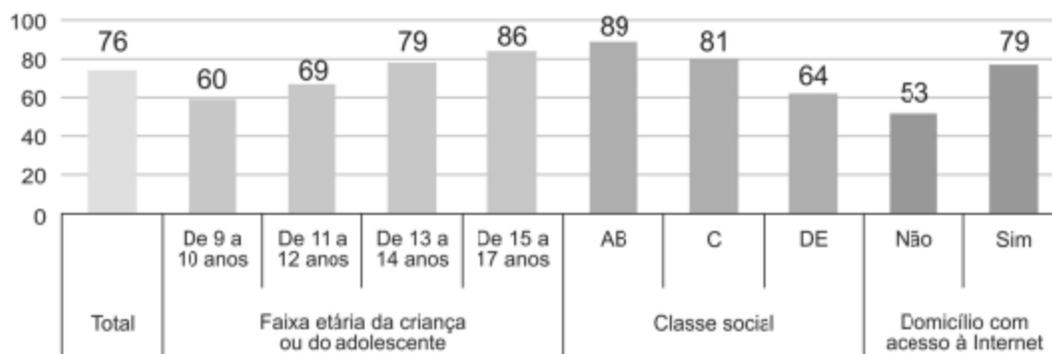
Usou redes sociais

**59%**

Baixou músicas ou filmes

Uso da Internet mais de uma vez por dia

% de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usuários de Internet



(Adaptado de: MACIEL, Rui. **Quase 90% de crianças e adolescentes estão conectados à internet no Brasil**. Disponível em: <<https://canaltech.com.br>. Publicado em: 23 de jun. de 2020. Acesso em: 08 de nov. de 2023)



Texto 3

Um fator que colabora para a popularização dos influencers mirins é a identificação que o público possui com eles. "O influenciador mirim está ali na mesma linguagem da criança, um ideal de consumo", afirma Nara Helena Lopes, do Instituto de Psicologia da USP. Segundo ela, o ambiente on-line potencializa essa exposição para ambos os lados, produtor e consumidor infantil. "Quando a gente intensifica a exposição de crianças dentro do ambiente on-line, a gente está intensificando o uso de outras crianças nesses aplicativos, nesses dispositivos, nessa rede on-line", ressalta a professora, ao comentar como o uso desses meios de comunicação resulta na criação de uma geração hiperconectada.

A exposição infantil, nesse cenário, cria um efeito cascata, fazendo da criança que produz um interlocutor para as experiências que, naturalmente, outras crianças teriam quando desconectadas, influenciando nos desejos delas, tanto de consumo quanto de atividades. Para Nara Lopes, isso é preocupante, pois, ao criar uma geração que é influenciada a ser influenciadora, existe a possibilidade de criar uma geração que pode se frustrar por não conseguir se tornar um, devido à dificuldade que existe no processo.

(Adaptado de: FUENTES, Patrick. **Influencers mirins: exposição infantil na internet pode gerar impactos psicológicos**. Jornal da USP no Ar. Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Publicado em: 04 de out. de 2021. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 5

A estrutura familiar é outro ponto que é alterado pela exposição infantil. Quando uma criança se torna uma influencer, automaticamente ela também se torna uma fonte de renda. "Meu filho deixa de ser filho, ele passa a ser um objeto que pode trazer uma fonte de renda muito significativa para mim", afirma Nara Helena Lopes, do Instituto de Psicologia da USP. "Às vezes pode passar a ser o sonho da família e a família insistentemente expõe essa criança a uma série de riscos, porque a internet não é um ambiente seguro", diz Nara sobre os riscos que a criança tem devido à exposição: "Então, essa criança pode sofrer um bullying, pedofilia, sofrer violências nas mais variadas formas dentro de um ambiente que parece que é protegido, mas que, na verdade, os riscos são muito superiores em termos subjetivos".

(Adaptado de: FUENTES, Patrick. **Influencers mirins: exposição infantil na internet pode gerar impactos psicológicos**. Jornal da USP no Ar. Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Publicado em: 04 de out. de 2021. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 4

Especialistas em psicologia infantil e redes sociais alertam que mesmo a supervisão parental não isenta os jovens de sofrer as consequências da cultura de likes. "O celular e a internet nos viciaram em recompensas rápidas, e o like é uma delas. Ele representa a satisfação da expectativa de reconhecimento alheio para que o indivíduo se sinta importante, pertencente a um grupo. As crianças passam a não se valorizarem por si mesmas, o que gera frustração e pode levar até a uma depressão", explica a psicóloga da infância Ana Flávia Fernandes, autora do blog Terapia de Criança.

Outros riscos são os problemas de compreensão cognitiva e de desenvolvimento da identidade. "É como se a tela do celular fosse como um espelho para eles", acrescenta Evelyn Eisenstein, pediatra especialista no consumo de novas tecnologias. As especialistas explicam que, enquanto os adolescentes se questionam se o "eu" representado nas redes sociais é verdadeiro, as crianças expostas a esse mundo digital sequer chegam a formar a própria identidade.

(Adaptado de: OLIVEIRA, Joana. **'Influencers' mirins: a vida de uma geração presa ao celular**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>. Publicado em: 02 de set. de 2018. Acesso em 08 de nov. de 2023)

Texto 6

As atividades realizadas no ambiente digital também se aplicam à figura dos influenciadores "mirins", que realizam as mesmas ações de influenciadores adultos. Essa atuação profissional, no entanto, exige um papel ativo da criança influenciadora, que interage com seus seguidores para garantir engajamento na plataforma, cria e atua nos conteúdos de entretenimento de seu perfil, participa de competições nos jogos virtuais e ainda realiza as entregas de publicidade para as empresas anunciantes. Por isso, além de manifestação artística, trata-se de desempenho de trabalho, na medida em que as seguintes características permeiam o cotidiano das crianças e adolescentes influenciadores: (i) habitualidade; (ii) monetização, trocas comerciais ou recompensa pela produção; e (iii) orientação da performance em relação às expectativas externas que envolvem as crianças dentro de produções artísticas e de entretenimento. Está configurado, portanto, o trabalho infantil, para o qual existe uma legislação aplicável e que impõe a avaliação de cada caso concreto pelo poder judiciário, órgão com poderes para emitir alvará judicial específico. De modo semelhante, pais, mães e responsáveis legais têm o dever de zelar pelo melhor interesse das crianças e adolescentes que realizam esse tipo de trabalho artístico.

(Adaptado de: **Criança e consumo. O trabalho infantil artístico nas redes sociais**. Disponível em: <<https://criancaconsumo.org.br>>. Publicado em: 2022. Acesso em: 17 de nov. de 2023)

A partir da leitura e compreensão dos textos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

O trabalho das crianças na internet: impactos para a infância.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO